

UM PASSO À FRENTE NA LUTA POPULAR: O PROGRAMA ELEITORAL DOS COMUNISTAS EM SALVADOR PG.2



[...] O programa construído pelo PCB é produto das valorosas sínteses elaboradas pelo partido em âmbito nacional e sistematizadas pelo Comitê Central, no que se chamou "Plataforma Comunista 21". Nela, se expressam propostas em torno da construção do Poder Popular [...]

ENTREVISTA DO MOMENTO: EDMILSON COSTA PG.9

"Nós procuramos nessas eleições dialogar com os trabalhadores e a juventude, mostrar quem são os verdadeiros inimigos do povo, levar às massas o nosso programa, de forma a politizar e conscientizar os setores mais avançados do povo na perspectiva de que só o Poder Popular e o socialismo podem resolver os problemas da população."

IMINÊNCIA DE (RE)VOLTA NA ESCOLA PG.4

CRISE E PANDEMIA: O QUE A JUVENTUDE TEM A VER COM ISSO? PG.5

POEMA: EM SEU ENTERRO... PG.11

MEMÓRIA: ALMIR MATOS PG.12

Os Comunistas e as Eleições

Por Millton Pinheiro

Na conformação da ordem liberal burguesa as eleições se transformaram em aparatos de aperfeiçoamento institucionais que garantem a manutenção do sistema. Isso corre mesmo que em sentido contrário, nas disputas dos projetos, a representação da classe trabalhadora os antagonicos possa afirmar pequenas alterações que possibilitam criar uma autonomia relativa diante do arcabouço ideopolítico em vigor.

O conjunto classe trabalhadora foi quem, historicamente, propugnou pelo voto universal sem os cortes censitários do liberalismo clássico. Para os trabalhadores/as sempre foi um momento oportuno para modificar aspectos substantivos da dominação burguesa. Portanto, aumentar a pauta dos direitos e avançar em conquistas sociais tornaram-se um projeto/programa que os trabalhadores poderiam coloca para qualificar o debate.

O Estado capitalista é, no real e concreto, uma ditadura de classe, que ideologicamente se apresenta como uma ordem institucional acima das classes sociais e dos indivíduos. Um ente abstrato que a partir do seu arcabouço jurídico-político deveria pairar sobre todos. Contudo, esse fetiche político é a forma mais concreta da dominação de classe e do exercício de uma lógica de preservação do contrato capitalista e da ideologia burguesa na sociedade da ordem do capital.

No entanto, as eleições, mesmo neste cenário de enquadramento institucional, permitem ao polo antagonico, que luta contra a classe dominante, uma ação de enfrentamento e uma oportunidade de se apresentar de forma mais consistente nesse processo de politização. Trata-se, também, de um espaço em disputa entre as classes que os trabalhadores e o povo pobre devem apresentar o sentido da sua luta, pois sabemos que neste espaço partidos da ordem tentam a confirmação da sua dominação política.

“Eis porque toda a campanha eleitoral dos democratas-constitucionalistas está orientada no sentido de amedrontar as massas, intimidá-las com o perigo dos partidos da extrema-esquerda, adaptar-se ao mesquinho espírito pequeno-burguês, à covardia e à frouxidão do filisteu, assegurar a este que os democratas-constitucionalistas são os menos perigosos, os mais despretensiosos, os mais moderados, os mais escrupulosos. Tens-te assustado, filisteu? Perguntam diariamente ao leitor os jornais democratas-constitucionalistas. Confia em nós! Não te assustaremos, estamos contra as violências, submetemo-nos ao governo, confia só em nós, e arranjar-te-emos as coisas na medida do possível!” (LÊNIN, Sobre as eleições).

É importante lutar para conquistar trilhas por onde as propostas da nossa classe possam garantir direitos e avançar nas conquistas sociais, mesmo no espaço da democracia

formal; essas vitórias contribuem para educar a classe trabalhadora para novas batalhas.

Sabemos que o essencial do projeto proletário a priori não está confinado nas demandas eleitorais, contudo, não podemos deixar que a burguesia se utilize desse momento de politização para afirmar seu projeto de dominação institucional sem a resposta da classe trabalhadora. As eleições configuram-se no campo das lutas de classes e nelas, também, devemos fazer o confronto que nos cabe e avançar na divulgação do projeto estratégico da emancipação humana.

Nas eleições devemos denunciar os crimes dos governos liberais, nos contrapor às hordas neofascistas e seu conluio com esses mesmos governos, entrar no debate do poder local e da necessária organização popular, debater formas de intervenção das massas populares no processo político e se movimentar, junto com a classe trabalhadora, para apresentar um projeto/programa alternativo do campo proletário-popular.

Não podemos permitir que as eleições consolidem uma forma política pautada no clientelismo, no coronelismo local, na demagogia populista e no uso de argumentos fundamentalistas e obscurantistas para pautar o voto popular. Temos que abrir a disputa nas ruas, nos locais de trabalho, estudo e moradia, e, hoje, em virtude da pandemia do Covid 19, nas redes de contágio (canais virtuais).

O Estado burguês fez das eleições um processo político desigual, confirmando, assim, que esse Estado é uma ditadura de classe que age para retirar às forças populares e os comunistas do acesso ao rádio e a televisão. Mas, também sabemos, que os comunistas têm capacidade militante para agir no processo eleitoral, independente da ação de impedimento do Estado da democracia formal.

Diante desse cenário político, mesmo com os entraves apresentados, devemos perceber que as eleições devem ser encaradas como um instrumento de participação e socialização da política, para que possamos desvelar às mazelas da ordem do capital, apresentar nossas denúncias e propostas e afirmar a luta por espaços de democratização do poder popular na perspectiva do socialismo.

Afinal, Lênin nos indica: “Acreditem apenas na vossa consciência socialista e na vossa organização socialista — diz às massas o partido operário. Conceder aos liberais burgueses a primazia na luta e o direito de dirigi-la, significa trair a causa da liberdade, deixando-se desorientar por frases sonoras e vistosas etiquetas na moda. Nenhuma ameaça causará tanto prejuízo quanto a corrupção da consciência das massas que acompanhem cegamente a burguesia liberal, as suas palavras de ordem, as suas candidaturas, a sua política” (Sobre as eleições).

Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP
Conselho de redação
Camila Oliver, Milton Pinheiro,
Nalbert Antonino, Rafaela Fraga e Thais Oliveira
Diagramação
Nalbert Antonino

Colaboradores desta edição
Giovani Damico, Geovane Rocha, Izadora dos
Santos Pires e Víctor Ferreira Dias Santos

Revisão
Gabriel Galego
+55 (71) 99299-1368
contato@omomento.org
www.omomento.org

UM PASSO À FRENTE NA LUTA POPULAR: O PROGRAMA ELEITORAL DOS COMUNISTAS EM SALVADOR

Por Giovani Damico



Cerca de um mês atrás, n'O Momento, fora noticiada a volta dos Comunistas baianos à disputa eleitoral. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), maior representante do movimento comunista na Bahia, volta a agitar suas bandeiras de luta para a classe trabalhadora perante o processo eleitoral.

O programa construído pelo PCB é produto das valorosas sínteses elaboradas pelo partido em âmbito nacional e sistematizadas pelo Comitê Central, no que se chamou "Plataforma Comunista 21". Nela, se expressam propostas em torno da construção do Poder Popular, defesa do Direito à vida, Moradia e Alimento; garantia de acesso aos Serviços Básí-

cos como água, energia etc; recomposição dos salários e aprofundamento do funcionalismo Público; avanço da Seguridade Social e saúde pública; estatização dos transportes e criação da Companhia Municipal de Transporte Coletivos; estímulo à reativação da construção de Moradia Popular; elaboração de Distritos Culturais; defesa do Patrimônio histórico; desenvolvimento de políticas para o meio ambiente; reforço das empresas públicas e autarquias municipais; garantia da função social da propriedade; pauta das lutas antiopressões; estabelecimento de planejamento econômico e social participativo; combate à COVID, com amplo apoio da categoria da saúde e reforço do SUS;

defesa da Escola Popular, Laica e Crítica; criação da Comissão Municipal da Verdade, Memória e Justiça; bem como a defesa dos direitos e liberdades democráticas e reforço da luta antiimperialista.

Ao estruturar tal programa, os comunistas dão um passo à frente na luta popular, uma vez que o programa se pauta na organização das bases sociais em cima de princípios revolucionários, mediando propostas de curto e médio prazo para a cidade que apontam para um horizonte revolucionário. Tal esforço cumpre, assim, um papel de mediação tática para organização imediata dos trabalhadores e trabalhadoras frente aos enormes desafios ora colocados para o enfrentamento do capitalismo no Brasil, reforçando o substrato para a alternativa revolucionária. Ao enfrentar as mazelas imediatas de maneira articulada com as lutas mais gerais e o horizonte revolucionário, firma-se uma importante plataforma de compromisso com a classe trabalhadora soteropolitana.

No âmbito municipal, o programa político teve aprofundamento e sistematização em consonância com as demandas locais, bem como foram estabelecidos outros pontos nodais para a população soteropolitana. Salvador ostenta o título nefasto de “capital do desemprego”, ponto-chave para o embate político estabelecido no programa, que orienta o peso de suas ações para o que chamamos “Direito ao Trabalho”.

A plataforma do Direito ao Trabalho assume um embate amplo contra o desemprego - concentrado, sobretudo, na juventude - mas associando tal debate às políticas de saúde e educação, também situadas como centrais. Outras diversas políticas sociais amplas serão também interligadas e atravessadas pela questão do trabalho, que, neste programa, emerge bem mais do que como uma questão a ser regulada pelo Estado, mas sim como uma questão *central* para o Estado, que deveria operar enquanto agente ativo de geração de emprego, seja pela incorporação direta dos trabalhadores às fileiras do emprego público nas mais diversas áreas, seja por fomento ao cooperativismo, abertura de comitês de produção e abastecimento e comitês de acompanhamento dos trabalhadores/as terceirizados e por aplicativo.

A plataforma programática ora comentada se veste de elementos amplos e totalizantes,

como o debate do direito à cidade, mas abrange também o particular, com diversas políticas capazes de incidir nas mais variadas questões que atravessam a população baiana. Aparecem de tal modo debates sobre a Educação pública, o caráter e o modelo de ensino desenvolvido pela rede pública, e a proposta de um Plano municipal de Educação, integrado a questões sobre direitos humanos, soberania alimentar, reforma urbana e combate aos desequilíbrios ambientais, numa dinâmica que busque unir a educação ambiental ao debate crítico acerca das mazelas sociais de Salvador e suas origens estruturais. Desenvolve-se, ainda, um vasto debate sobre saúde pública, tanto no âmbito da atividade fim quanto da gestão, num reforço sistemático do caráter público do emprego, da participação ativa do estado no lazer e cultura, além de outras esferas da vida social.

Para o enfrentamento das desigualdades sociais, aparecem também, em escala ampliada, políticas voltadas a segmentos importantes da sociedade soteropolitana que são alvos diários do sistema de opressões estabelecido, abarcando então uma política municipal robusta de combate ao racismo, articulada com o combate às opressões de gênero e LGBTfóbicas. Políticas estas que, para além da esfera punitiva, operam no desenlace de condições objetivas para que estes segmentos da população tenham cada vez mais vias de emancipação garantidas.

Por fim, o programa que carrega o mote *Para Salvador Mudar: Juventude quer Poder Popular*, estabelece um debate ousado sobre o fazer político, questionando de maneira frontal a forma de institucionalidade hoje dominante, bem como os meios de tomada de decisão. Os comunistas trazem à tona um debate sobre abertura dos espaços de poder, criação de fóruns, conselhos, comitês, radicalizando os já existentes, mas sempre englobando um papel organizador e deliberativo para eles, de modo que cheguem a sínteses pautadas num poder construído no dia-a-dia “pelo povo e para o povo”, um poder feito com as próprias mãos e mentes, daqueles e daquelas que edificam a vida e o cotidiano da cidade de Salvador.

CRISE E PANDEMIA: O QUE A JUVENTUDE TEM A VER COM ISSO?

Por Geovane Rocha



A mídia burguesa vem se esforçando para convencer a juventude e os trabalhadores de que, até pouco tempo, vivíamos em um mundo harmonioso de pleno emprego e crescimento econômico. Um mundo no qual a Emenda Constitucional 95 e a Reforma da Previdência foram cruciais para equilibrar os gastos públicos, em nome da santíssima responsabilidade fiscal, e garantir a retomada dos empregos. No entanto, o país de Alice sofreu um tremendo baque com a chegada da COVID-19, que nos jogou em uma recessão profunda e todos estão tendo que fazer “seus devidos sacrifícios”.

O que essa narrativa fantasiosa procura esconder é que, desde 2008, o capitalismo enfrenta sua terceira grande crise sistêmica. E, diferente das suas crises anteriores, não tem conseguido alcançar novos patamares qualitativos e quantitativos de acumulação. O receituário que vem sendo apresentado pelo capital para romper com a crise, as famigeradas medidas de austeridade, na verdade não só aprofundam, como intensificam a crise.

Nesse processo, podemos observar que há um grande consenso entre os setores das classes dominantes: os trabalhadores e a juven-

tude serão aqueles que pagarão essa conta.

Não é preciso fazer um exercício muito longo de rememoração para perceber como o Estado opera a favor dos interesses das classes dominantes para garantir a manutenção de suas taxas de lucro e espoliar os trabalhadores. Foram trilhões injetados na economia para salvar bancos e grandes empresas, vendas de empresas estatais estratégicas a preço de banana, um conjunto de contrarreformas para intensificar a exploração do trabalho e um fortalecimento dos aparelhos de repressão para reprimir a juventude e os trabalhadores.

O que fica claro para nós diante de todo esse quadro é que o vírus não foi o causador da crise, mas mesmo possuindo um caráter exógeno, ao se inserir em nossa sociedade, forçou o capital a despir-se por completo. O que se vê é uma intensificação de sua crise e dos ataques direcionados aos despossuídos. Fica evidente que o capitalismo prioriza sempre seus lucros em detrimento da vida dos trabalhadores, e que a única coisa que ele oferece é mais exploração e miséria.

Mas, afinal, onde está a juventude em todo esse contexto?

Poucos meses após o início da pandemia, o Ministério da Educação (MEC), tendo à sua frente o Dom Quixote olavista Abraham Weintraub, lançou uma Portaria que autoriza a utilização de recursos digitais em Instituições de Ensino Superior. Para além dessa Portaria, o MEC não apresentou nenhuma outra medida para auxiliar os estudantes, e isso não acontece por acaso. Com o avanço da lógica mercantilizante do capital em todas as esferas da vida social, a educação pública foi intensamente desmontada no país, testemunhamos um avanço e fortalecimento da educação privada em detrimento dela

Além de congelar as verbas por meio da EC 95 e dos constantes cortes, o future-se veio como projeto que visava acabar de uma vez por todas com a educação pública em nosso país. Entretanto, por conta de pressão do movimento estudantil e das demais categorias do ambiente universitário, o projeto foi barrado. Com esse histórico de sucateamento, fica claro que a implementação do ensino a distância nas universidades públicas deixaria muitos estudantes para trás e aprofundaria problemas ligados à desvalorização da carreira docente.

Como acreditar, diante desse cenário de constante desmonte, que as universidades conseguiriam garantir a todos os estudantes acesso aos recursos digitais para assistirem às aulas remotas? Ou, que os professores, categoria desvalorizada pelo Estado, tivessem condições dignas de trabalho? A Portaria ainda desconsidera o fato de que a pandemia mudou completamente a dinâmica dos lares, gerando sobrecarga nos estudantes, em especial nas estudantes que também são mães.

Houve aqueles que, talvez por ingenuidade, passaram a defender a implementação do ensino remoto com a justificativa de que muitos estudantes precisavam se formar para adentrar no mercado de trabalho e ajudar suas famílias. No entanto, parecem esquecer que o desemprego vem atingindo números cada dia mais preocupantes, e os jovens são os mais afetados com a falta de trabalho formal. Há até municípios que ostentam o título de capital do desemprego, como é o caso de Salvador.

Se tornou comum encontrar jovens com formação em postos informais de trabalho ou

em subempregos (quadro agravado pela pandemia). Para sobreviver, muitos estão se sujeitando a formas de trabalho conhecidas como *uberizadas*, sem direito trabalhista e nenhum tipo de proteção. E foi por conta da falta de direitos e proteção que muitos desses jovens, em sua maioria negros, foram às ruas em protesto esse ano, solicitando não só EPI's, mas regulamentação da categoria e um conjunto de direitos trabalhistas fundamentais para garantir uma jornada digna.

Quando não está lutando por educação pública de qualidade, por emprego e condições dignas de trabalho, a juventude tem que lutar pelo direito de viver. Não podemos esquecer que, nessa pandemia, a letalidade policial aumentou drasticamente, e jovens como Wesley Souza, residente do bairro da Santa Mônica, são covardemente assassinados pela Polícia Militar na periferia de Salvador ou em bairros periféricos pelo Brasil.

Somos de uma geração que cresceu bombardeada pela ideologia neoliberal e um conjunto de teorias que glorificam o entendimento particular da realidade social. Uma geração que foi moldada para acreditar que o capitalismo, "apesar de tudo, é bom". Crescemos sem construir ou testemunhar grandes lutas das massas e dos trabalhadores, sofreremos as drásticas consequências da derrota da estratégia conciliatória.

Diante disso, não nos cabe mais palavras de ordem que clamam por demandas abstratas. Precisamos nos organizar em nossos grêmios, CA's, DA's, DCE's, associação de moradores, sindicatos, e construir a luta cotidiana em defesa de uma educação pública de qualidade, por emprego, moradia, soberania alimentar, direito à terra e por nossa emancipação. Com os acúmulos da experiência do ciclo anterior, construiremos, como força auxiliar do proletariado, as condições que nos levarão a uma forma de organização da vida onde a exploração do homem pelo homem será mera lembrança.

Venceremos!

A IMINÊNCIA DA (RE) VOLTA DA ESCOLA

*Por Izadora dos Santos Pires
e Victor Ferreira Dias Santos*



Não é fácil defender que as escolas continuem fechadas, principalmente porque antes de sermos assolados pela pandemia do COVID-19 havia uma luta para que as escolas não fossem fechadas, ou melhor, extintas. Nesta mudança de contexto é necessário defender o não retorno às aulas, pois ainda estamos em um cenário catastrófico no país, são 5.094.979 infectados e 150.488 óbitos provocados pelo vírus, segundo levantamento do Ministério da Saúde.

A iminência de uma retomada escancara uma lógica perversa na qual não é considerada as condições da realidade brasileira diante da pandemia do COVID-19. Neste cenário, o caráter de equidade educativa vai sendo desmascarado, inclusive porque a educação escolar é atravessada por interesses distintos, que se tornam evidentes nas ações adotadas pelas administrações das escolas – públicas e privadas – ao longo desses meses de pandemia.

Um primeiro elemento a ser verificado é o número de escolas da Educação Básica somente na zona urbana de Salvador. São 1.498 estabelecimentos sendo que destes: 2 Federal; 203 Estadual; 421 Municipal; 872 Privadas segundo dados do censo escolar de 2019. Essa

quantidade de escolas privadas é um dos fatores que tem contribuído para que os governos de Rui Costa e de ACM Neto se inclinem a manter o calendário anual e liberar as atividades presenciais. Somado a esse dado da realidade, há ainda a influência do calendário das avaliações de larga escala e também as demandas do “mercado de trabalho”.

Nesta lógica, o ano letivo é forçado a caminhar pari passu ao ano vigente, assim, o tempo da aprendizagem e da organização do trabalho educativo vai sendo cada vez mais atropelado por metas e números de aprovação. Além de haver uma submissão aos interesses predatórios do capital, que produz o exército de reserva da força de trabalho para perpetuar a lógica de acúmulo de riquezas acima da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os discursos da retomada imediata para recuperar o tempo perdido não considera que professores e professoras tentaram aulas remotas, WhatsApp, impressão de material, quadros improvisados e soluções improvisadas. Esses esforços que são enaltecidos com ares de “reinvenção, adaptação, paixão” mascaram o processo de precarização do trabalho docente e validam as condições degradantes físicas e

emocionais as quais professores e professoras são submetidos/as. Será o “novo normal”, a desumanização da docência?

Neste contexto, professoras e professores não estão imunes às mazelas da pandemia e também sentem os reflexos e desafios impostos pelo COVID-19 na ordem do capital. Todas e todos estão sofrendo os mesmos medos, angústias, sobrecargas de trabalho em casa, confinamento, perda de entes queridos. Defendemos que o ano escolar pode ser retomado quando as condições sanitárias e estruturais possibilitarem isso, o que não ocorre no momento.

A tabela abaixo expressa a situação das escolas brasileiras. Algumas sequer possuem água filtrada, caracterizando a realidade inversa que se encontram essas instituições.

Tabela 1 – Condições sanitárias das escolas do Brasil em 2018

		Nível Educativo			
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Abastecimento de água	Água filtrada	87,7	82,6	81,7	85,5
	Rede pública	70,4	57,7	59,6	87,1
	Poço artesiano	14,8	19,8	18,8	13,7
	Cacimba/Cisterna/Poço	11,9	15,2	14,0	6,0
	Outros	3,2	7,1	7,6	1,6
	Inexistente	4,1	4,9	5,1	0,5
Esgoto sanitário e banheiros	Rede pública	40,9	31,1	32,9	59,8
	Fossa	56,7	63,5	61,0	42,3
	Inexistente	4,0	6,8	7,5	1,3
	Banheiro dentro do prédio	89,6	85,0	80,8	94,6
	Banheiro adequado à Educação Infantil	51,4	34,3	-	-

As condições sanitárias apontadas espelham um país onde prevalece a desigualdade socioeconômica. A iminência de uma retomada das aulas presenciais com vistas a “regularização do calendário” implicará em atividades no contraturno (quando é possível, porque algumas escolas nem comportam essa modalidade), trabalho aos sábados e com suporte remoto. Em ambos os casos desconsidera-se que o ensino não corresponde instantaneamente a aprendizagem: aprender demanda tempo.

Outra característica importante é a própria dinâmica do trabalho docente, que demanda tempo para um planejamento qualificado, principalmente com o desafio atual de se utilizar ferramentas que além de serem inapropriadas para o ensino, “presenteiam” as grandes empresas do capital como Facebook e Google, que têm acesso aos dados de milhares de alunos

e professores. A intensificação da jornada de trabalho, com possibilidade de aulas em turnos opostos, desconsidera as condições materiais que impõem aos professores atuar em mais de uma escola e aos jovens, o ingresso precoce em serviços formais e informais como uma forma de obter alguma renda.

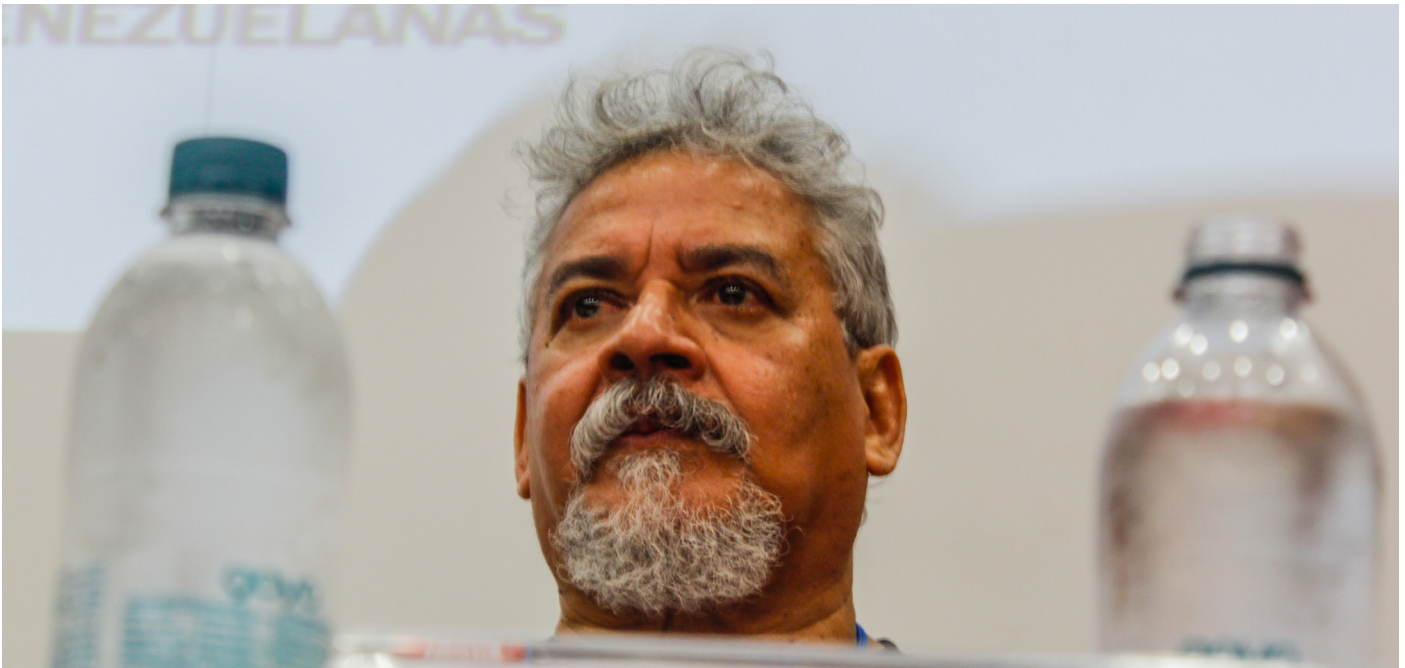
Diante dos governos, aliado aos interesses do empresariado da educação, posicionar-se contra a retomada das aulas exige dos/das docentes um enfrentamento coletivo (comunidade escolar, familiares dos alunos, sindicatos e movimentos sociais). A escola não se restringe ao público professor-aluno, há outros trabalhadores e trabalhadoras (merendeiras, porteiros, auxiliar limpeza entre outros) que desempenham funções imprescindíveis ao processo educativo. A organização política exige uma ação coletiva e não segregada desse conjunto. Principalmente porque esses trabalhadores e trabalhadoras possuem vínculos de trabalho que estão organizados na lógica da terceirização e de contratos temporários que não garantem estabilidade.

Somente a resistência não leva a uma mudança. É preciso efetivar a organização desses trabalhadores e trabalhadoras das escolas a partir dos sindicatos e com auxílio dos movimentos sociais. As palavras de ordem devem ser: Contra todas as medidas arbitrárias impostas pelo governo Rui Costa e pelas prefeituras municipais, validados por especialistas que jogam pela manutenção da ordem do capital, que desprezam a realidade das escolas públicas e as vidas que as constroem diuturnamente. O enfrentamento coletivo precisa ser feito por uma frente ampla, na qual, as contradições vivenciadas nos municípios sejam denunciadas para ampliar as mobilizações contra um retorno que só contribuirá para o aumento dos números de mortos e infectados.

“A Coordenação Estadual da Unidade Classista, ao tempo que celebra o dia 15 de outubro como dia de luta das professoras e professores, convoca trabalhadores e trabalhadoras a organizar-se para resistir, enfrentar e derrotar o projeto do capital para a educação.”

ENTREVISTA DO MOMENTO: EDMILSON COSTA

Por Milton Pinheiro



Edmilson Costa é economista e secretário-geral do PCB. <Foto: Nalbert Guimarães, 2019>

1) Na condição de secretário-geral do PCB, como é analisado o quadro político nacional neste momento?

R - Nós estamos diante da mais grave crise do último meio século. Uma crise econômica, social e política que se aprofundou com o governo Bolsonaro. Trata-se de um governo a serviço dos banqueiros, do capital monopolista e do agronegócio. Um governo que vem realizando uma guerra contra os trabalhadores, a juventude e o povo pobre, mediante um conjunto de contrarreformas, que visam regredir os direitos sociais dos trabalhadores ao período da República Velha, quando a questão social era caso de polícia. Além disso, é um governo inimigo da ciência e do meio ambiente, dos indígenas, quilombolas, além de realizar uma ofensiva permanente contra a juventude pobre e preta das periferias. Portanto, estamos diante de um inimigo violento e obscurantista, que só poderá ser derrotado pela luta de massas.

2) Que tipo de enfrentamento vocês têm pensado para agir na luta de classes?

R - As forças de oposição ainda não reuniram força suficiente para derrotar esse governo

e sua política de terra arrasada por uma série de problemas. Os partidos da conciliação de classes estão muito mais interessados nas eleições de 2022 do que efetivamente realizar um trabalho para colocar as massas nas ruas. Temem perder o controle do processo em função do enorme descontentamento latente que existe entre a população. Além disso, temos o problema da pandemia, que dificulta as grandes manifestações. No entanto, mesmo antes da pandemia esses partidos não desenvolviam uma política de derrotar o governo através da luta de massas. E a esquerda revolucionária ainda não acumulou força suficiente para ter um protagonismo na luta social. Mas essa situação pode mudar em função da crise econômica e da situação social do País, que é dramática. Penso que, em algum momento, os trabalhadores, a juventude o povo pobre compreenderão quem são seus inimigos e se colocarão em movimento para derrotá-los.

3) Quais as balizas do PCB para enfrentar a crise grave que se abate sobre o Brasil?

R - Nós entendemos que esse governo só será derrotado pela luta de massas. Por isso, achamos que é fundamental estar presente

em todas as lutas dos trabalhadores, tanto nas greves que ocorreram durante a pandemia, quanto nas manifestações populares. Nosso Partido e nossa juventude estiveram presentes em todas as lutas nas ruas que ocorrem no Brasil nos últimos tempos, evidentemente respeitando os protocolos de saúde. Entendemos que a pandemia não é uma boa desculpa para uma organização deixar de participar de manifestações. Foram exatamente as manifestações das torcidas organizadas, da juventude e dos trabalhadores, em plena pandemia, que expulsaram os fascistas das ruas. Além disso, se a população é obrigada a lutar de segunda a sábado pela sobrevivência nas ruas, tem todo o direito de ir no domingo protestar contra as péssimas condições de vida que o governo está impondo a todos. Acreditamos que a luta atual contra o governo Bolsonaro deve se processar mediante três tarefas fundamentais: primeiro, disputar o aqui e agora tanto nas redes sociais quanto nas ruas; segundo, trabalhar no sentido de um processo de reorganização de nossa classe, uma vez que as atuais organizações perderam a capacidade de mobilizar e organizar os trabalhadores. Terceiro, construir um programa estratégico para disputar com a burguesia e a conciliação de classe o momento pós-pandemia. Se tivermos condições de cumprir essas tarefas, teremos também condições de derrotar não só esse governo e sua política antipopular, mas também abrir perspectiva para as transformações sociais em nosso País.

4) A luta de classes no Brasil passa pelo enfrentamento ao germe do neofascismo?

R – Pessoalmente, Bolsonaro é um fascista e só não implantou um regime fascista no Brasil em função da resistência da população e de vários setores institucionais. Atualmente, ele está mais quieto em relação às suas pautas autoritárias, mas ele tem o DNA fascista e tão logo se sinta forte o suficiente voltará ao seu projeto original. Nesse sentido, as forças de esquerda devem realizar unidade de ação com todas as forças antifascistas, sempre procurando, no interior desse processo de lutas, unir e organizar os setores mais consequentes, aqueles que têm como objetivo realizar as transformações em nosso País. A derrota do fascismo não virá da

luta dos setores liberais, que são vacilantes e apoiam essa política de terra arrasada, mas da luta de massas, pois só as massas em luta nos locais de trabalho, moradia e estudo e nas ruas têm capacidade de derrotar efetivamente o fascismo.

5) O que representa o governo Bolsonaro na política brasileira?

R – Não podemos esquecer que governos tipo o de Bolsonaro não é uma particularidade tropical do Brasil. Estes governos estão inscritos na crise mundial do capitalismo. O capitalismo quando está em grave crise sistêmica, como agora e nos anos 20 do século passado, sempre apela para sua tropa de choque fascista. Não podemos esquecer que Mussolini e Hitler foram apoiados pela burguesia de seus países e por amplos setores da burguesia mundial. Agora novamente o grande capital está em crise profunda e novamente está se aliando aos governos mais reacionários e aos bandos fascistas em várias partes do mundo. O objetivo é claro: esses governos e bandos fascistas devem fazer o trabalho sujo de forma que as classes dominantes possam restabelecer as taxas de lucro, disciplinar os trabalhadores e impor governos que defendem cegamente seus interesses.

6) Como os comunistas pensam sua intervenção na luta de classes durante o processo eleitoral?

R – As classes dominantes brasileiras vêm procurando cada vez mais restringir a participação dos partidos revolucionários nas eleições, mediante um conjunto de reformas e restrições, como a cláusula de barreira e o tempo de televisão. No entanto, mesmo com essas restrições, os comunistas devem participar das eleições, porque esse é um momento em que toda a população passa a discutir política. Portanto, ficar fora desse processo seria um erro grave e facilitaria o trabalho da burguesia. Mas nós participamos com uma campanha e com interesses completamente diferente dos partidos tradicionais. Nós procuramos nessas eleições dialogar com os trabalhadores e a juventude, mostrar quem são os verdadeiros inimigos do povo, levar às massas o nosso programa, de for-

ma a politizar e conscientizar os setores mais avançados do povo na perspectiva de que só o poder popular e o socialismo podem resolver os problemas da população.

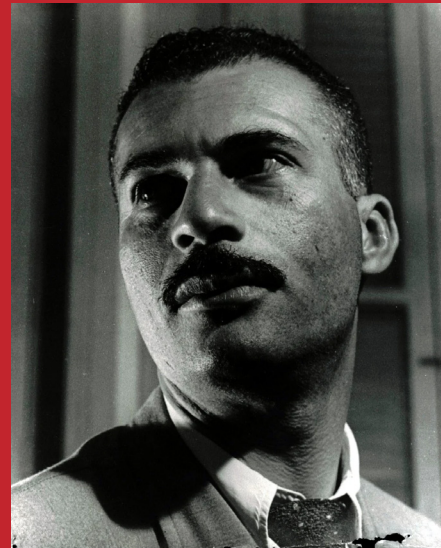
7) Qual o sentido da revolução brasileira neste momento histórico?

R – A revolução brasileira, como todas as revoluções, é um fenômeno de massas. Não pode ser realizada por pequenos grupos heroicos ou por aqueles que pensam que basta que as organizações tenham boa direção que o problema está resolvido. Portanto, a revolução brasileira será realizada pelos milhões de trabalhadores, da juventude e do povo pobre em luta. Como a maioria da população e do proletariado vive nos grandes centros urbanos, entendemos que é exatamente nesses grandes centros onde pulsa mais efetivamente a luta de classes e também é onde se dará a luta principal entre os trabalhadores e a burguesia. Além disso, vivemos num país de capitalismo maduro, apesar de subordinado ao imperialismo. Aqui, as relações burguesas estão perfeitamente constituídas, as classes estão claramente definidas, o Estado e as instituições funcionam a serviço da burguesia. Portanto, o caráter da revolução brasileira é socialista. Ou seja, nossos aliados estão no campo proletário, que representa a grande maioria da população brasileira. Isso significa dizer que não faremos nenhuma aliança com setores burgueses. Esses setores, em todos os momentos de nossa história, sempre se perfileram ao lado do imperialismo. Todos aqueles que se aliaram com a burguesia, imaginando que isso poderia contribuir para qualquer mudança, tiveram amarga experiência – ou foram derrotados ou descartados quando deixaram de ser funcionais.



ESPAÇO CULTURAL

EM SEU ENTERRO...



Por Ana Montenegro

***Em seu enterro não havia velas:
Como acendê-las, sem a luz do dia?***

***Em seu enterro não havia flores:
Onde colhê-las, nessa manhã fria?***

***Em seu enterro não havia povo:
Como encontrá-lo, nessa rua vazia?***

***Em seu enterro não havia gestos:
Parada inerte a minha mão jazia.***

***Em seu enterro não havia vozes:
Sob censura estavam as salmodias.***

***Mas luz, e flor, e povo, e canto
responderão "presente" chegada
a primavera, mesmo que tardia!***

À MEMÓRIA DE ALMIR MATOS

Por Rafaela Fraga

Almir Magalhães Matos foi um destacado militante e dirigente baiano do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Comprometido com a classe trabalhadora, da qual fazia parte, dedicou sua vida à construção do movimento revolucionário desde a época em que era estudante. Futuramente, tornou-se advogado, jornalista e vereador, enfocando seu trabalho, em todas essas áreas, na luta pelos direitos à vida digna e pela emancipação humana.

Como advogado, teve seu exercício publicamente notado por defender trabalhadores em casos que envolviam, dentre outros, descumprimento de direitos trabalhistas pelo patronato, luta por terra e moradia, movimento sindical, repressão política e violência policial.

Como jornalista, era mencionado nos círculos da imprensa por escrever artigos com posicionamento crítico e terem grande circulação. Não à toa, foi um dos representantes da Bahia no I Congresso Brasileiro de Escritores (SP, 1945), evento que teve como máxima a oposição à Ditadura do Estado Novo, instaurada e comandada por Getúlio Vargas, e a luta pela liberdade de expressão.

Ainda em 1945, Almir Matos teve grande relevância na fundação do Jornal **O Momento**, dirigindo-o durante anos e enfrentando a repressão dos Governos de Octávio Mangabeira (1947-1951) e do interventor getulista Régis Pacheco (1951-1955). Após o arbitrário fechamento d'**O Momento**, ocorrido em 1957, Matos foi para a Redação da Revista *Novos Rumos* (1959), onde atuou junto a outros célebres nomes como Mário Alves - também fundador d'**O Momento** -, Maria da Graça Dutra e Orlando Bonfim.

Buscando popularizar ainda mais a luta pelo socialismo, durante sua vida política Almir Matos participou ativamente dos processos eleitorais aos quais o PCB se lançou: em janeiro de 1947, agitou 25 mil pessoas na Praça da Sé, em Salvador, onde discursou durante o Comício de finalização das campanhas de Ana Montenegro, João dos Passos e Antônio Pereira Moacir.

Quando concorreu ao pleito municipal, no mesmo ano, foi eleito pela *Chapa Popular* como vereador mais votado entre os outros 18 candidatos eleitos. Dentro de sua coligação, que lançou mais 7 candidatos, Almir angariou 1.267 dos 6.033 votos da chapa - total que significou cerca de 17% do eleitorado soteropolitano na época.

A partir daí, por sua atuação no mandato ficou conhecido como "o vereador de Prestes" - referência ao também militante comunista Luís Carlos Prestes, assassinado pela ditadura Vargasista. Levando à Câmara pautas com as quais já lidava como advogado e jornalista, se tornou manchete por seus discursos imponentes e sua ousadia frente a um sistema político que tentava calar os revolucionários.

Como militante comunista, Almir Matos entregava-se com vigor e compromisso ao projeto de sociedade que alçava construir junto ao Partido. Escapou, com Jacinta Passos, em 1943, da prisão política; foi espancado pela repressão de Octávio Mangabeira ao PCB; teve seu Jornal empastelado por duas vezes, até o fechamento; mas, convicto que foi durante toda a sua atuação, seguiu encampando muitas conquistas para a classe trabalhadora.

Viva Almir Matos e os revolucionários baianos!